

Jorge Seguro Sanches

Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional

**Intervenção do Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, Jorge
Seguro Sanches, por ocasião do Seminário Fundo Europeu de Defesa
«Uma Oportunidade para as Empresas»**

AIP, 03 de dezembro de 2019

Tenho um gosto enorme em estar aqui convosco para dar início aos trabalhos deste Seminário sobre o Fundo Europeu de Defesa.

Queria assinalar precisamente que há uma estratégia clara que é uma estratégia que existe, quer em Portugal e que está assimilada no Programa do Governo, quer ao nível da União Europeia, naquilo que tem a ver precisamente com a estratégia de Defesa. Uma estratégia para que a União Europeia possa crescer precisamente do ponto de vista económico, nomeadamente através da sua política de defesa.

Penso que isso faz sentido a qualquer português, a qualquer empresário, a qualquer europeu, que a União Europeia, que o espaço europeu possa, de facto, aproveitá-la.

E é precisamente por isso que eu queria demonstrar este meu agrado e satisfação em poder associar-me a esta iniciativa.

O setor da defesa representa hoje uma tremenda oportunidade para a economia nacional e é fundamental continuar a aprofundar as relações com outras áreas governativas, para que as oportunidades sejam plenamente aproveitadas e potenciadas.

Os motivos que nos levam a apostar na modernização das nossas Forças Armadas decorrem das exigências de atualização permanente. Não será necessário criar um cenário alarmista – que felizmente não é o de Portugal nem da União Europeia – para entendermos que os meios de defesa de há 20 ou 30 anos estão hoje, em alguns casos, desadequados ou são insuficientes, face à natureza difusa das ameaças que enfrentamos.

Vivemos num mundo crescentemente instável, marcado pelo regresso da competição entre grandes potências, em que a supremacia não se joga apenas nas capacidades militares convencionais, antes assume uma dimensão crescentemente tecnológica. Neste complexo tabuleiro geopolítico e geoestratégico, onde se definem os futuros equilíbrios de poder, a Europa não pode ser uma mera espetadora sob pena de se autocondenar à irrelevância.

Os passos decisivos que as instituições europeias deram ao longo dos últimos anos – com muito mérito para a liderança da Comissão Juncker – alicerçaram uma nova visão da defesa europeia, que esteve ausente ao longo destes 70 anos de integração: a constituição de um mercado europeu de defesa, em torno do qual se criasse valor acrescentado para a economia europeia e sobre o qual se criasse uma identidade europeia de defesa.

A Comissão Europeia é já hoje o quarto maior investidor na defesa europeia, depois do Reino Unido, da França e da Alemanha. A defesa europeia está a desenvolver-se, os Estados-membros estão a preparar-se, e as indústrias nacionais estão na corrida para participação neste novo impulso. O debate está a ser feito com os cidadãos e as empresas europeias e a minha convicção é que a defesa europeia será a breve trecho uma realidade concreta e palpável, nomeadamente na capacidade de a Europa ser autossuficiente em alguns equipamentos e meios, definindo as estruturas de comando e controlo que lhe garantam direção estratégica e operacional.

Com a decisão de participar na Cooperação Estruturada Permanente em matéria de Defesa, Portugal posicionou-se decisivamente neste processo. Foi um ano de muita exigência, este que estamos a concluir, mas os resultados são já visíveis e as expectativas são enormes. O Ministério da Defesa Nacional soube dar resposta atempada a este desafio que viu, desde a primeira hora, como estruturante de uma nova Economia da Defesa Nacional.

A visão do Ministério assentou sempre numa lógica de congregação e coordenação de esforços, entre diferentes agentes da defesa, desde logo os ramos das Forças Armadas, mas também entre diferentes áreas governativas – este tinha e tem de ser um esforço nacional – e entre o setor económico, da investigação científica, da tecnologia e da indústria. Em todos há interesse e em todos há contributos para uma participação mais coesa e frutífera, que esta equipa está determinada em alavancar.

Do trabalho conjunto destas entidades tem sido possível desenvolver uma visão integrada das oportunidades da Cooperação Estruturada Permanente – traduzida na liderança nacional de dois projetos na terceira fase. É assim fundamental que este processo de consulta e de envolvimento seja mantido e sustentado nas próximas etapas, criando lastro, conhecimento partilhado e visão comum. Queremos, por isso, transformar o Gabinete de Apoio à Participação nos Projetos PESCO, criado há um ano, num mecanismo mais permanente, que dinamize a Economia da Defesa e que contribua para uma participação nacional no Fundo Europeu de Defesa que seja vantajosa e que crie valor para todas as áreas envolvidas.

Os números referentes a este investimento europeu ainda estão em discussão, mas serão certamente um importante impulso para as economias europeias: a proposta da Comissão Europeia é que o Fundo Europeu de Defesa possa contar com 13 mil milhões de Euros, para o ciclo de financiamento 2021-2027, quer para a investigação, quer para o desenvolvimento de capacidades. E este investimento será complementado por outros instrumentos pensados por exemplo para a mobilidade militar e, ao nível do financiamento para a investigação e inovação, pelo futuro programa Horizonte Europa.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Na conjugação deste impulso vindo da Europa, com os compromissos assumidos no âmbito da NATO, com o reforço no investimento em defesa, e com os compromissos sufragados pela Assembleia da República, através da aprovação da nova Lei de Programação Militar, assistiremos a um esforço de grande monta na modernização e equipamento das nossas Forças Armadas. O mesmo se passa nos nossos parceiros europeus.

Uma parte significativa do trabalho de identificação das lacunas e das necessidades do nosso Sistema de Forças foi feito no âmbito da revisão da Lei de Programação Militar, que foi aprovada por uma maioria alargada na Assembleia da República. A proposta aí apresentada prevê investir na Defesa, nos próximos 12 anos, 4,7 mil milhões de Euros. O duplo-uso é aqui uma das chaves para o sucesso do investimento que é feito e para dar resposta a dinâmicas que não são estritamente militares, como as novas missões das Forças Armadas de apoio à Proteção Civil bem ilustram.

Vale pena reafirmar que a Política de Defesa Nacional irá sempre definir-se tendo como objetivo central a defesa de Portugal e dos portugueses. Por isso, a primeira linha de reflexão sobre que tipo de oportunidades podem e devem ser exploradas no âmbito deste novo contexto de investimento na Defesa é, e será sempre, a manutenção e preparação da capacidade de resposta das nossas Forças Armadas face aos riscos e ameaças que podem afetar o país.

Mas existem aqui tremendas oportunidades de criação de valor e de potenciação da economia e dos nossos setores tecnológicos e industriais. As virtualidades socioeconómicas que estão ao nosso alcance representam simultaneamente avanços da maior importância para a nossa defesa, e é nesse processo de reforço mútuo entre defesa e indústria que temos de saber apostar.

Mantemos na Europa um compromisso importante com o princípio da inclusão – inclusão das pequenas e médias empresas e inclusão de todos os Estados membros. Não queremos que a defesa europeia se faça a várias velocidades. E não queremos que os desequilíbrios do passado se repitam neste novo mercado de Defesa. Para garantir o consenso político que a defesa europeia exige, a inclusão de todos tem de ser garantida e é nisso que trabalhamos.

Estamos a viver um momento único e Portugal está, como não poderia deixar de ser, a fazer o seu trabalho interno e trabalhará também na definição de critérios que garantam equidade neste processo, mostrando liderança política na definição das prioridades geostratégicas da Europa que justificam o desenvolvimento de novas capacidades, em articulação estreita com a NATO. Contamos por isso com debates frutíferos com a nova

Comissão Europeia e que em conjunto, instituições, Estados membros e sociedades, possam desenhar um caminho de inovação e liderança para a Europa.

Termino, realizando e sublinhando a grande oportunidade que estamos a viver neste setor, que precisamente abre ainda mais o setor da Defesa Nacional à sociedade, empresas e economia portuguesas.

Pensamos que é uma oportunidade que não podemos perder. Estas são oportunidades que marcam definitivamente um ciclo que possa ser ganhador, ao nível empresarial, económico e político. Da parte do Governo português, podem contar com todo o empenho, dedicação e determinação, de uma forma colaborativa, através das direções-gerais e dirigentes aqui presentes, com a IDD e associações empresariais para conseguirmos ter um bom resultado desta grande oportunidade que existe na Europa. É esse o objetivo destas reuniões.

Queria saudar e agradecer muito a organização deste seminário. Penso que a melhor forma de termos boas soluções é envolver todos aqueles que são os potenciais participantes e interessados para conseguir dar um bom resultado ao nosso país.

Da parte da equipa do Ministério da Defesa Nacional, a total disponibilidade, colaboração e interesse em dar a esta área política ainda um maior desenvolvimento nos próximos anos. É para isso que trabalhamos e é essa a mensagem que queria transmitir em nome do senhor Ministro da Defesa Nacional.

Obrigado a todos, desejo um excelente seminário, um excelente trabalho, com excelentes resultados nos próximos anos, quer ao nível da Defesa Nacional, quer ao nível da economia nacional.